PROJETO DE LEI Nº 017/2024

" Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025 e dá outras providências."

O povo de Tocantins por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento às disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Tocantins para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I - as disposições sobre prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a estrutura do orçamento municipal;

III - a elaboração, alteração e execução orçamentária;

IV - as despesas de pessoal e encargos sociais;

V - as condições para concessão de recursos públicos;

VI - as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições sobre a dívida pública municipal; e

VIII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos, nos termos do art. 4º e seus §§ 1º a 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

a) Anexo I - Prioridades e Metas;

b) Anexo II - Metas Fiscais; e

c) Anexo III - Riscos e Eventos Fiscais.

Scanned with CamScanner

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.2º As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2025, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional e legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades municipais, são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2025 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§1º O Orçamento Anual será elaborado em consonância com as prioridades e metas de que trata o **caput** deste artigo e deverão estar adequadas ao Plano Plurianual - PPA 2022/2025.

§2º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício financeiro de 2025, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.3º O Orçamento para o exercício financeiro de 2025 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e será elaborado levando-se em conta à estrutura organizacional do Município e suas possíveis alterações.

Art. 4º A proposta orçamentária do Município evidenciará as receitas por rubricas e suas respectivas despesas, por função, subfunção, programa, projetos, atividades e operações especiais de cada unidade gestora e conterá:

I - mensagem encaminhando o projeto de lei;

II - texto da lei;

III - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

IV - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

V - quadro das dotações por órgãos de governo e administração;

VI - demonstrativo da despesa por órgãos e funções;

VII - programa de trabalho através da funcional programática; e

VIII - demonstrativo da despesa segundo sua natureza.

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

Scanned with CamScanner

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas na proposta orçamentária de 2025 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, podendo ser readequadas e redefinidas a codificação e as especificações das fontes, obedecendo as normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e/ou Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO IV
DA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 6º A proposta orçamentária do Município, relativa ao exercício financeiro de 2025, deverá ser elaborada em conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, modernização na ação governamental, transparência na elaboração e execução do orçamento.

Art. 7º O Poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 2025, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, devendo encaminhá-lo ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de remessa do projeto de lei orçamentária de 2025 à Câmara Municipal.

Art. 8º As emendas ao projeto de lei do orçamento devem obedecer ao disposto no §3º do art. 166, da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

I - dotações com recursos vinculados;

II - dotações referentes à contrapartida;

III - dotações referentes a obras em andamento; e

IV - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

Scanned with CamScanner

Art. 9º O projeto de lei orçamentária de 2025 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, visando:

I - criar, quando for o caso, natureza de despesa em categoria de programação já existente;

II - movimentar, internamente, o Orçamento quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas; e

III - incorporar valores que excedam às previsões constantes da Lei Orçamentária.

IV - abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024, observado o disposto no inciso I do §1º e no §2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

V - abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao excesso de arrecadação apurado, observado o disposto no inciso II do § 1º e no §3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

Art.10. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 ou em créditos adicionais, quando for necessária a repriorização de programas, ações ou gastos governamentais fixados na estrutura do orçamento, determinadas as respectivas realocações de recursos nos termos seguintes:

I - Remanejamento: realocações na organização do ente público, com destinação de recurso de um órgão, secretaria, departamento, ou congênere para outro, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no parágrafo único do art.5º desta Lei;

II - Transposição: realocações no âmbito dos programas de trabalho já existentes no orçamento do órgão executor das ações governamentais;

III - Transferência: realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão, secretaria, departamento ou congênere e do mesmo programa de trabalho, em função da repriorização dos gastos a serem efetuados.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 ou em créditos adicionais.

Art. 11. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, incluir ou alterar fontes de recursos nas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025, respeitadas as devidas vinculações.

Parágrafo único. A movimentação entre fontes de recursos de uma única dotação orçamentária não configura abertura de crédito adicional.

Scanned with CamScanner

Art. 12. O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o **caput** do art. 212 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O Município aplicará parte dos recursos a que se refere o **caput** deste artigo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, nos termos estabelecidos no art. 212-A da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.

Art. 13. A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2025, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e seu §3º, da Constituição Federal.

Art. 14. A Lei Orçamentária de 2025 deverá conter Reserva de Contingência, limitada a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Art. 15. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Art. 16. Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2025, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo único. O cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art.168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos, respeitado o limite constitucional, o prazo mensal e a proporção fixada na Lei Orçamentária de 2025, em observância as regras dispostas no art. 29-A da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Art. 17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2025.

Scanned with CamScanner

§1º Excluem do **caput** deste artigo às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º Na hipótese de ocorrência do disposto no **caput** deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e para movimentação financeira.

§3º Para efeito de aplicação deste artigo serão considerados, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital e às despesas correntes que não são afetas a serviços básicos.

§4º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 18. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Art. 19. A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio, salvos os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

CAPÍTULO V
DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 20. Para efeito do disposto nos incisos V e X do art. 37, observado o inciso II, §1º e **caput** do art.169, da Constituição Federal, com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, fica estabelecido que a Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, poderão criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreira, realizar concurso público, conceder qualquer vantagem, corrigir, reajustar ou aumentar a remuneração dos servidores públicos municipais e admitir pessoal, mediante lei e prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, de acordo com os limites constitucionais e legais.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no **caput** deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2025 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 21. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, não excederá os limites de 54% (cinqüenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observada os limites prudenciais.

Art. 22. No exercício financeiro de 2025 a realização de hora extra, quando a despesa com pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

Scanned with CamScanner

Art. 23. Serão considerados contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no §1º do art.18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, desde que haja vacância dos cargos a serem substituídos, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal.

CAPÍTULO VI
DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Art. 24. O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa específica, transferir recursos do Tesouro Municipal, a título de subvenção social, às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e desportiva, desde que estejam legalmente constituídas, em observância as regras aplicáveis na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§1º As entidades beneficiadas nos termos do **caput** deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo.

§2º Fica vedada à concessão de subvenção a entidades que não cumprirem as exigências do §1º deste artigo, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 25. O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observadas as disposições contidas em lei municipal específica.

Art. 26. A Lei Orçamentária conterá dotação para acobertar despesas com contribuições a entidades que visem o desenvolvimento municipal ou regional.

CAPÍTULO VII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27. Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento de 2025, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no que couber.

Art. 28. O Chefe do Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nesses casos, serem considerados os cálculos da estimativa da receita.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Scanned with CamScanner

Art.29. A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

Art. 30. Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

Art. 31. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2025.

Art. 32. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. A despesa de competência de outros entes da Federação só será assumida pelo Município quando firmado convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, previsto recurso na lei orçamentária e que visem ao desenvolvimento municipal.

Art. 34. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 35. A Proposta Orçamentária do Município, relativa ao exercício de 2025, deverá ser elaborada de conformidade com o princípio de transparência dos atos de gestão, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Parágrafo único. São instrumentos de transparência dos atos de gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

II - relatórios resumidos da execução orçamentária;

III - relatórios de gestão fiscal;

IV - balanço geral anual;

V - audiências públicas; e

VI - leis, os decretos, as portarias e demais atos do Executivo.

Scanned with CamScanner

Art. 36. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 não seja devolvido até 31 de dezembro de 2024 ao Poder Executivo para sanção, até que o mesmo o seja, a programação dele constante poderá ser executada à razão de 1/12 (um doze avos).

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tocantins, 29 de abril de 2024.

Silas Fortunato de Carvalho
Prefeito Municipal

Scanned with CamScanner

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 017/2024

Senhor Presidente. Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei que "*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025 e dá outras providências*", elaborado em conformidade com os mandamentos constitucionais e legais, nos termos das regras contidas na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 (PLDO 2025) é uma peça de planejamento indispensável na condução da política fiscal do governo, disciplinando a elaboração da lei orçamentária para 2025, com o objetivo de nortear a execução das previsões de despesas governamentais, trazendo as seguintes disposições:

- Estrutura do orçamento municipal.
- Elaboração, alteração e execução orçamentária.
- Despesas de pessoal e encargos sociais.
- Condições para concessão de recursos públicos.
- Alterações na legislação tributária.
- Disposições sobre dívida pública municipal; e
- Disposições finais.

As Metas Fiscais e os Riscos Fiscais, respectivamente, integram o PLDO, tendo em vista às determinações estabelecidas nos §§1º a 3º do art. 4º c/c o inc. III do art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas e Despesas, constando quadro demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário e nominal que evidencie os principais agregados de receitas e despesas, os resultados, comparando-os com os valores programados para o exercício em curso e os realizados nos 2 (dois) exercícios anteriores, e as estimativas para o exercício de 2025 e para os subsequentes.

Destaca-se que o Município segue o Manual de Demonstrativos Fiscais (14º Edição) da Secretaria do Tesouro Nacional que apresenta nova metodologia para apresentação do Anexo de Metas Fiscais, a partir do presente exercício financeiro, visando a simplificação dos processos orçamentários, assegurando as boas práticas de gestão fiscal e de transparência das contas públicas.

Scanned with CamScanner

As diretrizes das despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e entidades, conforme consta de dispositivo do PLDO/2025 bem como as prioridades e metas da Administração Pública municipal, estão em consonância ao estabelecido no Plano Plurianual para 2022-2025.

Quanto a possível transposição, remanejamento e transferência das dotações orçamentárias somente poderão ocorrer, quando for necessária a repriorização de programas, ações ou gastos governamentais fixados na Lei Orçamentária Anual, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Assim, as categorias de programação de que trata o PLDO/2025 serão identificadas na Lei Orçamentária, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais e não poderão resultar em alteração dos valores das programações orçamentárias aprovadas, salvo o competente ajuste na classificação funcional.

Diante da importância do PLDO/2025 para o sistema orçamentário do Município, sendo regramento necessário à elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025, rogamos aos Nobres Edis sua aprovação.

Atenciosamente.

Tocantins, 29 de abril de 2024.

Silas Fortunato de Carvalho
Prefeito Municipal

Scanned with CamScanner

Anexo I

Metas e Prioridades

LDO 2025

Scanned with CamScanner

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2025
ANEXO I
METAS E PRIORIDADES

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um dos instrumentos previstos no ordenamento legal do planejamento público orçamentário. É estabelecido pela Constituição Federal para a União (Art. 165, § 2º) e no Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma das funções desse dispositivo é definir metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício seguinte. Nesse sentido, serve como ponte entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O Plano Plurianual, quadrienal, contempla as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para despesas de capital e despesas decorrentes destas. A LOA, por seu turno, define em detalhe o orçamento para cada órgão e política pública. À LDO compete apontar, no conjunto de diretrizes fixadas no PPA, o que deverá orientar a elaboração da LOA, o que é materializado para o exercício de 2025, por meio deste Anexo.

Cumprindo com o compromisso de manter a integração entre os diferentes instrumentos de planejamento, a presente proposta de metas e prioridades para composição das diretrizes orçamentárias 2025 foi elaborada em consonância com o PPA 2022-2025.

Devido à temporalidade em que o Projeto de LDO é obrigatoriamente encaminhado ao Poder Legislativo, sempre no mês de abril, há espaço para aprimorar a parametrização das metas. A execução física e orçamentária ao longo de 2024, com base em fatores internos e externos, pode redundar em variações a maior ou a menor na planificação. Nesse sentido, a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a ser remetido à Câmara, servirá para aperfeiçoar o planejamento para 2025 e acurar as estimativas de execução e possível revisão das metas ora apresentadas.

Scanned with CamScanner

1 - Programa (Denominação): 000 - ENCARGOS ESPECIAIS

2 - Ações:

Titulo da Ação
9.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO AO FAPSEM
Finalidade: PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA JUNTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.
9.002 - PAGAMENTO DE APORTES AO RPPS
Finalidade: EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS
9.003 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO AO INSS
Finalidade: PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA
9.004 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIÁRIAS
Finalidade: PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIÁRIAS
9.005 - CONTRIBUIÇÕES AO PASEP
Finalidade: PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO PASEP
9.008 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO AO PASEP
Finalidade: AMORTIZAÇÃO DO PARCELAMENTO JUNTO AO PASEP
2.111 - PARCELAMENTO BDMG EMPRÉSTIMO
Finalidade: PAGAR A DÍVIDA COM BDMG
2.119 - PROTEÇÃO E PRESERV. AMBIENTAL BACIA HIDROGRAFICA
Finalidade: PROTEÇÃO E PRESERV. AMBIENTAL BACIA HIDROGRAFICA
9.120 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
9.120 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
Finalidade: CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

1 - Programa (Denominação): 001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.003 - AQUIS. DE EQUIPTOS. P/ ASSESSORIA DE GOVERNO
Finalidade: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
1.004 - INVESTIMENTOS NA POLÍCIA MILITAR
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE PATRULHAMENTO MUNICIPAL
1.005 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ A POLÍCIA CIVIL
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES PARA O POLICIAMENTO MUNICIPAL
2.005 - GESTÃO DA ASSESSORIA DO GOVERNO
Finalidade: GESTÃO DA ASSESSORIA DO GOVERNO
2.006 - PAGAMENTO DE AGENTES POLÍTICOS
Finalidade: REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E VICE PREFEITO
1.007 - AQUIS. DE EQUIPTOS. P/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO SETOR
2.007 - GESTÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
Finalidade: GESTÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
1.008 - AQUIS. DE EQUIPTOS. P/ SECRETARIA DE FAZENDA
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO SETOR
2.008 - CONVÊNIO COM A AMM ASSOC MINEIRA DE MUNICIPIOS
Finalidade: COOPERAÇÃO TÉCNICA COM VISTAS A ORGANIZAÇÃO, O APOIO E A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE INFORMAÇÕES, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL, TECNOLÓGICO, DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL,E O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PUBLICAS ATRAVÉS DO CONHECIMENTO, ASSESSORIA JURÍDICA, TRIBUTÁRIA, ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL
1.009 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS
Finalidade: MANTER A LOGÍSTICA PARA QUE OS SERVIDORES E CIDADÃOS TENHAM LOCAL FAVORÁVEL AS CONDIÇÕES DE USO
2.009 - CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR
Finalidade: ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES DE COOPERAÇÃO MÚTUA, VISANDO APERFEIÇOAR O POLICIAMENTO OSTENSIVO E A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINS/MG, CONFORME PLANO DE TRABALHO
2.010 - CONVÊNIO COM A POLÍCIA CIVIL
Finalidade: ESTABELECIMENTO DA BASE DE COOPERAÇÃO MUTUA ADMINISTRATIVA ENTRE O MUNICÍPIO DE TOCANTINS - MG E A POLÍCIA CIVIL, VISANDO A EFETIVA E CADA VEZ MAIS EFICIENTE MANUTENÇÃO DA ORDEM E DA DEFESA SOCIAL
2.011 - CONVÊNIO COM A POLÍCIA AMBIENTAL
Finalidade: APERFEIÇOAMENTO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE E DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINS/MG POR MEIO DE APOIO MATERIAL A PMMG
2.012 - CONVENIO COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
Finalidade: AUXILIAR A ENTIDADE NO CUSTEIO PARA COORDENAÇÃO E A EXECUCAO DE ACOES DE DEFESA CIVIL, A PREVENCAO A COMBATE A INCENDIOS E DEMAIS AÇOES EM FAVOR DOS HABITANTES DO MUNICIPIO
2.016 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Finalidade: PROVER AÇÕES DE APOIO GOVERNAMENTAL
2.017 - CONTRIBUIÇÕES À CONF. NACIONAL DE MUNICÍPIOS CNM

Scanned with CamScanner

Finalidade: CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS COMUNS AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, PUGNANDO PELA VALORIZAÇÃO DO MUNICIPALISMO E DAS ENTIDADES REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS, CONVERGINDO INTERESSES.

2.018 - CONTRIBUIÇÕES A AMPAR
Finalidade: ASSOCIAR O MUNICÍPIO A ESTA ENTIDADE COM FINS DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POR ELA PRESTADOS.
2.019 - JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS
Finalidade: ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS, VISANDO O ACOMPANHAMENTO DAS ATUALIZAÇÕES NAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS
2.020 - GESTÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA
Finalidade: GERIR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA
2.021 - GESTÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Finalidade: GERIR A DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
2.022 - GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Finalidade: GERENCIA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
2.058 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE
Finalidade: GERIR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SAÚDE
1.073 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A ADMINISTRAÇÃO
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2.085 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Finalidade: CONTRIBUIR COM AS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
2.091 - CONSÓRCIO CIMPAR
Finalidade: RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO- CIMPAR

1 - Programa (Denominação): 002 - AÇÃO LEGISLATIVA

2 - Ações:

Titulo da Ação
2.001 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO LEGISLATIVO
Finalidade: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES
1.001 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Finalidade: ADEQUAR E MANTER A ESTRUTURA FÍSICA DAS DEPENDÊNCIAS
1.002 - AQUISIÇÃO DE EQUIP/MÓVEIS E UTENSÍLIOS/VEÍCULO
Finalidade: ADQUIRIR EQUIPAMENTOS, MOVEIS, UTENSÍLIOS E VEICULO
2.002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
Finalidade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR INSS
Finalidade: MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA, PREVIDÊNCIA E AUXÍLIOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO
2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR FAPSEM
Finalidade: MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS COM LICENÇAS, APOSENTADORIA E PENSÃO COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO

1 - Programa (Denominação): 003 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E AÇÃO

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.027 - AQUIS. DE EQUIPTOS P/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Finalidade: MELHORIA DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
2.034 - GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Finalidade: GERIR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DE PROGRAMAS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E BÁSICA MUNICIPAL
2.035 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Finalidade: CAPACITAR TODOS OS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO
1.100 - AQUISIÇÃO DE VÉICULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
2.109 - MANUT SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E LAZER
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
1.113 - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA EDUCAÇÃO
Finalidade: ADQUIRIR TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DA REDE INFANTIL
2.126 - MANUT DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EDUCAÇÃO
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EDUCAÇÃO

1 - Programa (Denominação): 004 - EDUCANDO E FAZENDO UM TOCANTINS MELHOR

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.028 - RENOVAÇÃO E AQUIS. DE FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR
Finalidade: MELHORAR A QUALIDADE DO TRANSPORTE PUBLICO MUNICIPAL DE ALUNOS
1.029 - CONSTR. REFORMA DE REDE FÍSICA DO ENS. FUNDAMENTAL
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ O ENSINO FUNDAMENTAL
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA PROPORCIONANDO UM ENSINO DE QUALIDADE

Scanned with CamScanner

1.031 - CONST. REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Finalidade: CONST. REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ENSINO DOS ALUNOS
1.032 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
Finalidade: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, MELHORANDO A QUALIDADE PARA O APRENDIZADO DOS ALUNOS
1.033 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ A EDUCAÇÃO INFANTIL
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE APRENDIZADO DOS ALUNOS
2.033 - DISTRIBUIÇÃO E ENRIQUECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR
Finalidade: PROPORCIONAR UMA ALIMENTAÇÃO DE QUALIDADE
2.036 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Finalidade: REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO
2.037 - DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Finalidade: MANTER A FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS EM BOAS CONDIÇÕES PARA O TRANSPORTE
2.038 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 70%
Finalidade: REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB
2.039 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Finalidade: REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.040 - DESENVOLVIMENTO DE ATIV.DA EDUCAÇÃO INFANTIL 70%
Finalidade: REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.041 - CONVENIO COM A APAE MUNICIPAL
Finalidade: REPASSE MENSAL DE VALORES PARA SUPORTE AOS ALUNOS DA APAE
2.087 - REMUN. DOS PROFISSIONAIS DO PRÉ ESCOLAR
Finalidade: REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.088 - REMUN. DOS PROFISSIONAIS DA CRECHE
Finalidade: REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.089 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRÉ ESCOLAR
Finalidade: MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL
2.090 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE
Finalidade: MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL
1.093 - RENOVAÇÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
2.101 - REMUN. DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
2.104 - TRANSF. DE RECURSO DESCENT. PARA GESTÃO ESCOLAR
Finalidade: TRANSFERIR RECURSOS PARA OS CAIXAS ESCOLARES
2.105 - TRANSF. DE RECURSO DESCENT. PARA GESTÃO ESCOLAR
Finalidade: TRANSFERIR RECURSOS PARA OS CAIXAS ESCOLARES

1 - Programa (Denominação): 005 - CULTURA, DESPORTO E VIDA

2 - Ações:

Título da Ação
1.024 - MELHORAMENTOS NA ÁREA DE LAZER E EVENTOS
Finalidade: MELHORAMENTOS NA ÁREA DE LAZER E EVENTOS, VISANDO O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO LOCAL
1.025 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA
Finalidade: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA
1.026 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CAMPOS DE FUTEBOL
Finalidade: CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CAMPOS DE FUTEBOL, VISANDO O INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR MUNICIPAL
2.032 - MANUTENÇÃO DA ÁREA DE LAZER E EVENTOS
Finalidade: MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO
1.034 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ BIBLIOTECA MUNICIPAL
Finalidade: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ BIBLIOTECA MUNICIPAL, VISANDO OFERTAR AOS ALUNOS UM ESPAÇO ONDE POSSAM ESTAR ADQUIRINDO CONHECIMENTOS
1.035 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ A BANDA DE MÚSICA
Finalidade: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ A BANDA DE MÚSICA VISANDO A MANUTENÇÃO DA BANDA MUNICIPAL
2.042 - PROMOÇÃO DE EVENTOS TOCANTINENSES
Finalidade: PROMOVER A INTEGRAÇÃO DOS TOCANTINENSES ATRAVÉS DE REALIZAÇÃO DA SEMANA DO TOCANTINENSE AUSENTE, CARNAVAL, E OUTROS EVENTOS MUNICIPAIS
2.043 - DESENVOLVIMENTO DA BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL
Finalidade: MANTER A BANDA DE MÚSICA EM ATIVIDADE, VISANDO A INCLUSÃO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS NO MEIO MUSICAL.
2.044 - DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
Finalidade: MANTER A BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL EM FUNCIONAMENTO PARA QUE ALUNOS, CIDADÃOS, TENHA ACESSO A LITERATURA
2.045 - MANUTENÇÃO DAS TORRES REPETIDORAS DE SINAIS DE TV
Finalidade: GERAÇÃO DE SINAL PARA TRANSMISSÃO DE CANAIS DE TELEVISÃO ABERTA
2.046 - MELHORIAS NAS QUADRAS POLIESPORTIVAS DO MUNICIPIO
Finalidade: PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE O JOVENS, COMO TAMBÉM A PRATICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS, E O ESPORTE AMADOR
2.047 - APOIO AO DESPORTO AMADOR

Scanned with CamScanner

Finalidade: APOIO DESPORTO AMADOR DO MUNICIPAL, EM TODAS AS CATEGORIAS ESPORTIVAS
2.048 - DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
Finalidade: CONSERVAR E CATALOGAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
2.094 - SUBVENÇÃO A ENTIDADES CULTURAIS
Finalidade: REPASSE A ENTIDADES CULTURAIS
2.098 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE LAZER
Finalidade: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE LAZER
1.099 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
Finalidade: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
1.112 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS CULTURAIS
Finalidade: REFORMAR OS PRÉDIOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2.125 - AUXÍLIO CULTURAL PAULO GUSTAVO ÁUDIOVISUAL
Finalidade: AUXÍLIO CULTURAL PAULO GUSTAVO ÁUDIOVISUAL

1 - Programa (Denominação): 006 - SAUDE EM PRIMEIRO LUGAR

2 - Ações:

Título da Ação
1.039 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
Finalidade: MELHORAR O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS
1.040 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA SAÚDE
Finalidade: MELHORAR A CAPACIDADE E A QUALIDADE DE ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DOS SUS
2.059 - GESTÃO DO NASF
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TOCANTINENSES
2.060 - DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TOCANTINENSES
2.061 - DESENVOLVIMENTO DO PSF/PACS/SAUDE BUCAL
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS CIDADÃOS TOCANTINS
2.062 - REEMBOLSO TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO
Finalidade: REALIZAR AJUDA DE CUSTO PARA PACIENTES QUE FAZEM TFD E ACOMPANHANTES DOS MESMOS
2.063 - CONSORCIO CISDESTE
Finalidade: MANUTENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGENCIA
2.064 - CONSÓRCIO SIMSAUDE
Finalidade: AMPLIAR A REDE DE ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS
2.065 - APOIO E AMPLIAÇÃO AO TRATAMENTO ESPECIALIZADO
Finalidade: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS CIDADÃOS DE TOCANTINS
2.066 - DESENVOLVIMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Finalidade: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS TOCANTINENSES
2.067 - DESENVOLV. DO CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO E ZOONOSE
Finalidade: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS TOCANTINENSES
2.068 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE CONT. DE ZOONOSES
Finalidade: IMPLANTAR AÇOES DE ZOONOSES, CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS
2.069 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS
Finalidade: DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS AOS USUÁRIOS DOS SUS
2.070 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DE ALTO CUSTO
Finalidade: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS TOCANTINENSES, ATENDER A PESSOAS CARENTES E MANDADOS JUDICIAIS
1.075 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SAÚDE
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULO PARA ATENDER A DEMANDA
1.081 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
Finalidade: CONSTRUIR UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
1.082 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIP PARA A EPIDEMIOLOGIA
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULO E EQUIPAMENTO PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
2.083 - MANUT. DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS
2.084 - MANUT. DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DO PROGARAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
1.086 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIP PARA A VIG SANITÁRIA
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULO E QUIPAMENTO PARA MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
2.086 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
1.096 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE IMUNIZAÇÃO
Finalidade: REFORMAR E AMPLIAR O CENTRO DE IMUNIZAÇÃO
2.106 - TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DE SAÚDE
2.110 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

Scanned with CamScanner

Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA
2.124 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICO SOCIAL -CAPS
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICO SOCIAL.

1 - Programa (Denominação): 007 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2 - Ações:

Título da Ação
1.037 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ O CRAS
Finalidade: MELHORIA NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUAS
1.038 - AMPLIAÇÃO E REFORMA NO CRAS
Finalidade: MELHORAR O ATENDIMENTO AOS SERVIDORES E USUÁRIOS DO SUAS
2.053 - TERMO DE PARCERIA ENTIDADES INSCRITAS NO C.M.A.S.
Finalidade: APOIAR TÉCNICO E FINANCEIRAMENTE AS ENTIDADES DA REDE SÓCIO ASSISTENCIAL
2.054 - DESENVOLVIMENTO DO CRAS
Finalidade: GERIR OS PROGRAMAS SERVIÇOS E PROJETOS DO CRAS
2.055 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
Finalidade: Visa complementar o trabalho social com famílias e indivíduos e prevenir a ocorrência de situações de risco social.
2.057 - ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Finalidade: ACOLHER E GARANTIR PROTEÇÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTE COM DESTITUIÇÃO OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR
2.095 - SUBVENÇÃO E ENTIDADES ASSISTÊNCIAIS
Finalidade: REPASSAR SUBVENÇÃO A ENTIDADES ASSISTÊNCIAIS
2.097 - MANUT. DO PROGRAMA DE REFORMA HABITACIONAL
Finalidade: ADQUIRIR MATERIAIS PARA O PROGRAMA REFORMA HABITACIONAL
2.102 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA A APAE
Finalidade: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA A APAE
2.103 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA A SOC. DE AMPARO AO IDOSO
Finalidade: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA A SOC. DE AMPARO AO IDOSO
2.107 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO
Finalidade: GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO
1.121 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL
Finalidade: ADQUIRIR VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
2.122 - SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA
Finalidade: PROGRAMA DE ACOLHIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
2.123 - CONSELHO GESTOR DE HABITAÇÃO DE INTERESSE PESSOAL
Finalidade: MANTER AS ATIVIDADES

1 - Programa (Denominação): 008 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

2 - Ações:

Título da Ação
9.007 - SENTENÇAS JUDICIAIS
Finalidade: PAGAMENTO DE SENTENÇA JUDICIAIS QUE VENHAM A SER IMPLEMENTADA CONTRA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA
2.071 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FAPSEM
Finalidade: GERENCIAR AS ATIVIDADES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MANTENDO SUA FUNCIONALIDADE, E OBJETIVO SOCIAL
2.072 - PAGAMENTO DA PREVIDÊNCIA BÁSICA
Finalidade: PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DE ACORDO COM A LEI QUE REGE O FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
1.076 - RESERVA DE CONTIGENCIA
Finalidade: RESERVA DE CONTIGENCIA

1 - Programa (Denominação): 009 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SUAS

2 - Ações:

Título da Ação
1.036 - AQUIS. DE EQUIPTOS P/ SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL
Finalidade: MELHORAR A GESTÃO NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUAS
2.049 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Finalidade: GERIR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.050 - DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Finalidade: SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO PARA FUNCIONÁRIOS DO CMAS
2.051 - DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO TUTELAR
Finalidade: PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, QUE TENHA SEUS DIREITOS VIOLADOS, ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2.052 - MANUT CONS MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL - 3% IGD
Finalidade: Deliberar e definir acerca da Política Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

1 - Programa (Denominação): 010 - POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA URB. E DESENVOLVIMENTO

2 - Ações:

Scanned with CamScanner

1.010 - OBRA DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO MUNICIPAL	**Título da Ação**
Finalidade:	OBRA DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO MUNICIPAL
1.011 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Finalidade:	MELHORIA NAS REDES DE ELETRICIDADE MUNICIPAL
1.012 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PARQUES E JARDINS	
Finalidade:	FAZER OBRAS PUBLICAS VISANDO A QUALIDADE DOS PARQUES E JARDINS
1.013 - CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
Finalidade:	CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
1.014 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS	
Finalidade:	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS
1.015 - PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS E RURAIS	
Finalidade:	PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS E RURAIS
1.016 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS EM HABITAÇÕES URBANAS	
Finalidade:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS HABITANTES DE BAIXA RENDA
1.017 - CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS	
Finalidade:	CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS
1.018 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABAST DE ÁGUA E ESGOTO	
Finalidade:	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABAST DE ÁGUA E ESGOTO
1.019 - AQUISIÇÃO DE EQUIP P/ CAPTAÇÃO, TRATAM E DIST ÁGUA	
Finalidade:	AQUISIÇÃO DE EQUIP P/ CAPTAÇÃO, TRATAM E DIST ÁGUA, VISANDO OFERTAR UMA AGUA DE MELHOR QUALIDADE
1.020 - CONST DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ETE	
Finalidade:	PROMOVER O TRATAMENTO DO ESGOTO MUNICIPAL PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
1.021 - CONSTRUÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	
Finalidade:	CONSTRUÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL PARA QUE POSSA CRIAR OPORTUNIDADES DE EMPRESAS SE INSTALAREM NO MUNICÍPIO, AUMENTANDO A OFERTA DE EMPREGO E RENDA
2.023 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES E JARDINS	
Finalidade:	MANUTENÇÃO DOS PARQUES E JARDINS EM CONDIÇÕES DE USO PELOS CIDADÃOS TOCANTINENSES
2.024 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EM VIAS URBANAS	
Finalidade:	MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS MUNICIPAIS
2.025 - DESENVOLVIMENTO DO CEMITÉRIO E CAPELA MUNICIPAL	
Finalidade:	MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E CEMITÉRIO MUNICIPAL
2.026 - DESENVOLVIMENTO DA LIMPEZA PÚBLICA	
Finalidade:	MANTER A CIDADE LIMPA TRAZENDO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA OS CIDADÃOS TOCANTINENSES
2.027 - MANUT DA REDE PUBL MUNICIPAL DE ENERGIA ELETRICA	
Finalidade:	Manter a rede municipal de energia elétrica em funcionamento
2.028 - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
Finalidade:	CAPTAR, TRATAR E FORNECER ÁGUA DE QUALIDADE PARA A POPULAÇÃO TOCANTINENSE
2.029 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO	
Finalidade:	TRATAMENTO DA REDE DE ESGOTO MUNICIPAL
2.073 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS	
Finalidade:	MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR DE OBRAS
1.079 - CONST.E REURBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	
Finalidade:	CONSTRUIR E MELHORAR AS PRAÇAS PARQUES E JARDIN
1.080 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
Finalidade:	REFORMAR A RODOVIÁRIA MUNICIPAL
1.092 - INFRA ESTRUTURA, PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO	
Finalidade:	OBRAS DE INFRA ESTRUTURA, PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO
2.108 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO ARIS	
Finalidade:	MANTER AS ATIVIDADES DO CONVÊNIO ARIS

1 - Programa (Denominação): 011 - CONTROLE DE POLUÍÇÃO AMBIENTAL

2 - Ações:

	Título da Ação
2.030 - CONSÓRCIO CISAB	
Finalidade:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE AGUA E RECUPERAÇÃO DE ESGOSTOS

1 - Programa (Denominação): 012 - APOIO À AGRICULTURA E PECUÁRIA

2 - Ações:

	Título da Ação
1.006 - EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES P/ AGROPECUÁRIA	
Finalidade:	MELHORAR A AGROPECUÁRIA MUNICIPAL
2.013 - CONVÊNIO COM O IMA INST. MINEIRO DE AGROPECUÁRIA	
Finalidade:	INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ATENDIMENTO, PARA FORMALIZAR A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE AS PARTES CONVENENTES, A FIM DE GARANTIR A PLENA EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO IMA.

Scanned with CamScanner

2.014 - CONVÊNIO COM A EMATER
Finalidade: DINAMIZAÇÃO DO SETOR RURAL COM O APROVEITAMENTO ADEQUADO DAS POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO, DE MODO A BUSCAR AUTOSSUFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO DE EXCEDENTES COMERCIALIZÁVEIS
2.015 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
Finalidade: FORNECIMENTO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA A ARRAÇÃO DE TERRAS, AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE TOCANTINS
1.078 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS
Finalidade: AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

1 - Programa (Denominação): 013 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS E ESTRADA VICINAIS

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.022 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES
Finalidade: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES
1.023 - PATROLAMENTO E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS RURAIS
Finalidade: ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS PARA UM MELHOR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO
2.031 - DESENVOLVIMENTO DAS ESTRADAS VICINAIS
Finalidade: MANTER AS ESTRADAS VICINAIS EM BOM ESTADO
1.077 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS/ EQUIP E VEÍCULOS PARA OBRAS
Finalidade: ADQUIRIR MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA O SETOR DE OBRAS

1 - Programa (Denominação): 014 - PROTECAO SOCIAL ESPECIAL

2 - Ações:

Titulo da Ação
2.056 - BENEFICIOS EVENTUAIS E EMERGENCIAIS
Finalidade: PROPORCIONAR AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL PROVISÕES SUPLEMENTARES

1 - Programa (Denominação): 015 - APOIO ADMINISTRATIVO□

2 - Ações:

Titulo da Ação
2.112 - DESENVOLVIMENTO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SAAET
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
2.112 - DESENVOLVIMENTO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SAAET
Finalidade: DESENVOLVIMENTO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SAAET
2.113 - DESENVOLVIMENTO DA DIRETORIA GERAL SAAET
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
2.113 - DESENVOLVIMENTO DA DIRETORIA GERAL SAAET
Finalidade: DESENVOLVIMENTO DA DIRETORIA GERAL SAAET
2.114 - CONSÓRCIO CISAB
Finalidade: CONSÓRCIO CISAB
2.114 - CONSÓRCIO CISAB
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
2.119 - PROTEÇÃO E PRESERV. AMBIENTAL BACIA HIDROGRAFICA
Finalidade: BANCO EM DESEMVOLVIMENTO

1 - Programa (Denominação): 016 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL

2 - Ações:

Titulo da Ação
1.115 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E REFORMA DO SISTEMA DE ÁGUA
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
1.115 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E REFORMA DO SISTEMA DE ÁGUA
Finalidade: AQUISIÇÃO DE EQUIP. E REFORMA DO SISTEMA DE ÁGUA
2.116 - DESENVOLVIMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
2.116 - DESENVOLVIMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Finalidade: DESENVOLVIMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2.117 - PADRONIZAÇÃO RAMAL DOMICILIAR
Finalidade: BANCO EM DESENVOLVIMENTO
2.117 - PADRONIZAÇÃO RAMAL DOMICILIAR
Finalidade: PADRONIZAÇÃO RAMAL DOMICILIAR

1 - Programa (Denominação): 017 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTO

2 - Ações:

Titulo da Ação
2.118 - DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO

Scanned with CamScanner

Finalidade:	BANCO EM DESENVOLVIMENTO

2.118 - DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO

Finalidade:	DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO

1 - Programa (Denominação): 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

2 - Ações:

Titulo da Ação	
9.006 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Finalidade:	A RESERVA DE CONTINGÊNCIA SERÁ DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, A EXEMPLO DO PAGAMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS

Scanned with CamScanner

Anexo II

Metas Fiscais

LDO 2025

Scanned with CamScanner

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2025
ANEXO II
METAS FISCAIS

Em atendimento ao disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000) e em conformidade com o determinado na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda de nº 699, de 07 de julho de 2023, o presente Anexo de Metas Fiscais contém os seguintes demonstrativos:

- **Demonstrativo I** – Metas Anuais (LRF, Art 4º, § 1º):

Estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referem e para os dois seguintes.

- **Demonstrativo II** – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I)

Compara as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

- **Demonstrativo III** – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II):

Estabelece as metas anuais, instruídas com metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, com valores demonstrados a preços correntes e constantes.

- **Demonstrativo IV** – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III):

Scanned with CamScanner

Contém a demonstração da evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- **Demonstrativo V** – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III):

Estabelece a Origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, sendo vedada a aplicação de receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou ao RPPS.

- **Demonstrativo VI** – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial (RPPS) (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea a):

A avaliação da situação financeira é baseada no demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência social dos servidores Públicos, publicados no Relatório Resumido da Execução Orçamentaria-RREO do último bimestre do segundo ao quarto anos anteriores ao ano de referência da LDO.

- **Demonstrativo VII** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso V):

A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

- **Demonstrativo VIII** – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso V):

Estabelece a margem de expansão das despesas de caráter continuado acompanhado de análise técnica.

Scanned with CamScanner

Os conceitos adotados na composição dos índices e valores do anexo de metas Fiscais tiveram como base a portaria STN nº 699, de 07 de julho de 2023, que aprova a 14º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF aplicada a União, estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a seguir:

1. Metas Anuais

1.1. Metas Anuais de 2025 a 2027

O Demonstrativo de Metas anuais contempla as informações relativas às receitas (total e primárias), despesas (total e primárias), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para o ano de referência da LDO e para os dois anos seguintes, em valores corrente e constante.

Este demonstrativo tem por objetivo, além de dar transparência sobre as metas fiscais relativas ao município, dando base à avaliação da política fiscal estabelecida pelo chefe do Poder Executivo para o triênio, orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual de forma a permitir o alcance das metas conforme planejado.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

a) **Valor Corrente:** Identificam os valores das metas fiscais para o exercício financeiro a que se referem, utilizando o cenário macroeconômico de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados.

b) **Valor Constante:** Identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

c) **Receita Total (EXCETO FONTES RPPS):** corresponde as estimativas de receita total para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes não sendo consideradas as receitas com fontes do RPPS.

Scanned with CamScanner

d) **Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS):** Corresponde a estimativas de Receitas Primárias do ente, exceto as receitas com fontes de recursos do RPPS, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes.

e) **Receitas Primárias Correntes:** Corresponde a estimativas do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas correntes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Transferências Correntes e Demais Receitas Primárias Correntes (este item inclui as contribuições residuais que não se constituem recursos do RPPS do ente), deduzidas as aplicações financeiras e as outras receitas correntes financeiras.

f) **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:** Corresponde as estimativas do município para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

g) **Transferências Correntes:** Registra a estimativa para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, de ingressos dos recursos de outro ente ou entidade, recebedora ou transferidora (pessoas de direito público ou privado), realizados mediante condições preestabelecidas, ou mesmo sem qualquer exigência, isto é, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

Registra também a estimativa de recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestação de serviços, por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes.

h) **Demais Receitas Primárias Correntes:** corresponde a estimativa do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das demais receitas correntes, com exceção de receitas recebidas com fontes de recurso do RPPS, não classificáveis nas categorias econômicas anteriores, tais como receita patrimonial (deduzidas das respectivas aplicações financeiras), agropecuária, receita industrial e receita de serviços, que se destinam às unidades gestoras dos respectivos recursos ou têm sua destinação estabelecida por legislação específica, bem como multas administrativas, contratuais e judiciais, indenizações, restituições e ressarcimentos, bens, direitos e valores

Scanned with CamScanner

incorporados ao Patrimônio Público e outras receitas de origens diversas ainda não contempladas nos itens anteriores.

i) **Receitas Primárias de Capital:** Corresponde a estimativa do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas de capital, com exceção de receitas recebidas com fontes de recurso do RPPS, deduzidas as operações de crédito, as amortizações de empréstimos, as receitas de alienação de investimentos temporários e de investimentos permanentes e as outras receitas de capital não primárias.

j) **Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS):** Corresponde aos valores estimados para as despesas totais para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, não sendo consideradas as despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.

k) **Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS):** Corresponde aos valores estimados para as Despesas Primárias para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

l) **Despesas Primárias Correntes:** Registra o total estimado das despesas correntes, com exceção das despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS deduzidos os juros e encargos da dívida, para o exercício financeiro, a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

m) **Pessoal e Encargos Sociais:** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

n) **Outras Despesas Correntes:** Corresponde aos valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas

Scanned with CamScanner

correntes que não se referem às despesas com pessoal e encargos sociais e nem a juros e encargos da dívida.

o) **Despesas Primárias de Capital:** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas de capital, com exceção das despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS deduzidas as concessões de empréstimos e financiamentos, aquisições, de títulos de capital já integralizados, aquisições de títulos de crédito e amortizações da dívida.

p) **Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias:** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para os pagamentos de restos a pagar de despesas primárias, com exceção dos restos a pagar de despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.

q) **Receita Total (COM FONTES RPPS):** Registra as estimativas de receita total com fontes de recursos do RPPS para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

r) **Receitas Primárias (COM FONTES RPPS):** Corresponde as estimativas de Receitas Primárias do RPPS, ou seja, apenas as receitas primárias com fontes de recursos vinculadas ao RPPS, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes.

s) **Despesa Total (COM FONTES RPPS):** Registra os valores estimados para as despesas totais do RPPS para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Neste item, devem ser consideradas apenas as despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.

t) **Despesas Primárias (COM FONTES RPPS):** Registra os valores estimados para as Despesas Primárias do RPPS para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

u) **Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha:** Registra as expectativas de Resultado Primário para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Essa linha é o resultado das Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)

Scanned with CamScanner

menos as Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

v) **Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha:** Corresponde às expectativas de Resultado Primário consolidado do ente, inclusive com seu RPPS, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Essa linha é o resultado das Receitas Primárias menos as Despesas Primárias somado ao resultado das Receitas Primárias do RPPS menos as Despesas Primárias do RPPS.

w) **Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS):** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para os recursos decorrentes de aplicações financeiras derivadas de créditos ou remunerações oriundas de eventuais disponibilidades de caixa, bem como as variações monetárias associadas a tais recursos, que correspondem à variação patrimonial aumentativa proveniente de variações da nossa própria moeda em relação aos índices ou coeficientes aplicáveis por dispositivo legal ou contratual. Ressalta-se que será tratada como variação monetária apenas a correção monetária pós-fixada. São registradas nessa linha as estimativas para as variações positivas apuradas no período de créditos a receber decorrentes da aplicação de taxas de juros e encargos de mora sobre empréstimos e financiamentos internos e externos concedidos, bem como as respectivas variações monetárias de tais operações.

Também são considerados nessa linha as estimativas para os aumentos de haveres financeiros, apurados no período, decorrentes da remuneração das disponibilidades de caixa ou das aplicações financeiras do ente.

x) **Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS):** Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para a estimativa das variações patrimoniais diminutivas decorrentes de juros e encargos incidentes sobre passivos classificados como DC, tais como, operações de crédito e empréstimos e financiamentos contraídos com pessoas jurídicas de direito público ou privado. Compreende também a estimativa para a variação patrimonial diminutiva proveniente de variações da nossa própria moeda em relação aos índices ou coeficientes aplicáveis por dispositivo legal ou contratual. Será tratada como variação monetária apenas

Scanned with CamScanner

a correção monetária pós-fixada. Não são consideradas as previsões para os valores de juros, encargos e variações monetárias incidentes sobre passivos que não integram a DC, tais como fornecedores a pagar.

y) **Dívida Pública Consolidada (DC):** Compreende os valores esperados para a do exercício financeiro a que Dívida Pública Consolidada se refere a LDO e, também, para os dois exercícios seguintes.

Conforme disposto no art. 29 da LRF, a dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública consolidada. Não inclui as dívidas do RPPS do ente, cujo serviço (juros, encargos e amortização) seja custeado com recursos próprios do RPPS.

z) **Dívida Consolidada Líquida (DCL):** Registra os valores esperados para a do exercício financeiro a que Dívida Consolidada Líquida se refere a LDO e, também, para os dois exercícios seguintes. Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Não inclui a disponibilidade de caixa e os demais haveres financeiros do RPPS do ente.

aa) **Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo do Linha:** Registra os valores esperados para o Resultado Nominal do exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.
Pela metodologia abaixo da linha, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Caso o ente federativo não possua dívida consolidada, ou seja, sua DC seja igual a zero, o resultado nominal abaixo da linha será calculado apenas com base na variação dos estoques de disponibilidades financeiras do ente, ou seja, representará a diferença entre o saldo das "DEDUÇÕES" em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.

Scanned with CamScanner

1.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITAS

Para o cálculo das metas descritas no Demonstrativo das Metas Anuais foi considerado que, diversas receitas possuem correlação com variáveis do cenário macroeconômico, que incluem a expectativa da atividade econômica medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), do índice de preços (inflação) (IPCA) e da taxa básica de juros da economia (SELIC), divulgados pelo relatório Focus do Banco Central do Brasil, conforme tabela abaixo.

Parâmetros Macroeconômicos				
Variáveis	2024	2025	2026	2027
PIB Total (variação % sobre o ano anterior)	1,9	2,0	2,0	2,0
IPCA (%)	3,8	3,5	3,5	3,5
IGP-M (%)	2,0	3,7	3,9	3,8
Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.)	9,0	8,5	8,5	8,5
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)	5,0	5,0	5,0	5,1

Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 28/03/2024

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

A projeção das despesas para o triênio 2025 – 2027 foi trabalhada em grandes agregados, norteada pela ótica econômica da sua classificação, compreendendo os seguintes grupos: Pessoal e Encargos; Juros e Encargos; Outras Despesas Correntes; Investimento; Inversão Financeira e Amortização da Dívida. Inclui-se nesta estrutura o montante destinado à Reserva de Contingência, com a finalidade de promover a cobertura de despesas identificadas como Passivos Contingentes e Riscos Fiscais.

Para efetuar o cálculo em valores Correntes e Constantes, os valores foram corrigidos com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/ IPCA, destacados na tabela acima.

2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

A Lei nº 910, de 6 de junho de 2022 - LDO 2023, estabeleceu as metas fiscais para o triênio de 2023-2025, conforme a metodologia do MDF vigente à época, e as diretrizes para elaboração e execução do orçamento referente ao exercício de 2023.

Scanned with CamScanner

O valor do resultado primário apurado pelo conceito "abaixo da linha", desconsiderando o impacto dos valores do RPPS do ente, sendo compatível com os valores apurados "acima da linha". Esse resultado é obtido subtraindo a conta de juros do resultado nominal.

3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

De acordo com o inciso II, § 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe, ainda, o Anexo de Metas Fiscais, o comparativo das Metas Anuais fixadas nos três exercícios anteriores com as projetadas para os três exercícios subsequentes.

O objetivo do demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do município, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.

4. Evolução do Patrimônio Líquido

O conceito de Patrimônio Líquido está vinculado ao de Patrimônio Público. O MCASP item 02.03.00, ao tratar da composição do patrimônio, estabelece o conceito de Patrimônio Público como segue:

> Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O mesmo Manual afirma, ainda, que o patrimônio público é composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, conforme segue:

1. Ativo – compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

Scanned with CamScanner

2. Passivo – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
3. Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Assim, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Em continuidade à demonstração da evolução do patrimônio líquido, deve ser destacada, segundo o inciso III do § 2° do art. 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

É importante ressaltar o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral Previdência Social ou aos de RPPS.

A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

6. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS

Esse tópico só deve ser incluído no AMF se o Município tiver Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), onde devem ser apresentados o DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS e o relatório de PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES elaborado pelo Atuário do RPPS.

Scanned with CamScanner

Scanned with CamScanner

7. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 14, § 1º estabelece: "a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado".

Na mesma norma se define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

Não há, no momento, previsão de renúncias de receita para os exercícios de 2025 a 2027. Caso venham a ocorrer deverão ser observadas as determinações dos artigos 15 e 16 da LRF, onde está estabelecido que novas renúncias de receita só serão efetivadas após a execução de ações compensatórias.

8. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar n.º 101/2000, LRF, define no art. 17 despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios".

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

Nessa apuração foi aplicada a taxa de crescimento esperada para o PIB Nacional de 3,51% (três pontos percentuais e cinquenta e um décimos).

Anexo III

Riscos Fiscais

LDO 2025

Scanned with CamScanner

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2025

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

Em conformidade com o § 3º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000) e com o disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda de nº 699, de 07 de julho de 2023, os riscos fiscais do Município de Tocantins estão apresentados no Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

Cumpre esclarecer que às demandas judiciais já convertidas em precatórios, as mesmas não configuram riscos fiscais, uma vez que tratam de passivo já alocado no orçamento anual, conforme orienta a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais:

> *"As obrigações explícitas diretas do ente da Federação – inclusive os precatórios judiciais – devem ser reconhecidas, quantificadas e planejadas como despesas na Lei Orçamentária Anual e não constituem riscos fiscais; logo, não podem ser incluídas neste Anexo de Riscos Fiscais. Por se tratarem de passivos alocados no Orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 5º do art. 100 da Constituição Federal."*

MUNICÍPIO DE TOCANTINS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF (LRF, art 4º, § 3º) — R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	1.149,18
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	1.149,18		
SUBTOTAL	**1.149,18**	**SUBTOTAL**	**1.149,18**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
TOTAL	**1.149,18**	**TOTAL**	**1.149,18**

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Scanned with CamScanner

Total de Receitas

Valores nominais

Especificação	Previsão		
	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES	68.786.769	71.194.306	73.686.107
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.800.949	8.073.982	8.356.572
Contribuições	2.606.980	2.698.225	2.792.663
Receitas Patrimoniais	2.455.818	2.541.771	2.630.733
Receitas de Valores Mobiliários	2.343.598	2.425.624	2.510.520
Demais Receitas Patrimoniais	112.220	116.148	120.213
Receita Agropecuária	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0
Receitas de Serviços	3.482.618	3.604.510	3.730.668
Transferências Correntes	52.259.086	54.088.154	55.981.240
Outras Receitas Correntes	181.317	187.663	194.232
Outras Receitas Financeiras	0	0	0
Receitas Correntes Restantes	181.317	187.663	194.232
Receitas Intra-Orçamentárias	3.253.790	3.367.673	3.485.542
RECEITAS DE CAPITAL	7.136.429	7.386.204	7.644.721
TOTAL	79.176.988	81.948.183	84.816.369

Total de Despesas

Valores nominais

Especificação			
	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES	66.345.221	68.667.304	71.070.659
Pessoal e Encargos	37.693.621	39.012.898	40.378.349
Juros e Encargos da Dívida	213.297	220.763	228.490
Outras Despesas Correntes	28.438.303	29.433.643	30.463.821
DESPESAS DE CAPITAL	9.496.920	9.829.313	10.173.338
Investimentos	9.368.517	9.696.415	10.035.789
Inversões Financeiras	0	0	0
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0	0	0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida Contratada	128.403	132.898	137.549
Despesas Intra-Orçamentárias	3.333.697	3.450.377	3.571.140
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.149	1.190	1.232
TOTAL	79.176.988,03	81.948.182,61	84.816.369,00

Scanned with CamScanner

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as receitas do triênio

Valores nominais

Especificação - Consolidado	Receita Arrecadada				Receita Projetada				
	Prevista 2022	Realizada 2022	Prevista 2023	Realizada 2023	Prevista 2024	Projetada 2024	Projetada 2025	Projetada 2026	Projetada 2027
RECEITAS CORRENTES	**47.430.702**	**59.956.867**	**58.606.685**	**64.033.720**	**69.389.605**	**66.441.388**	**68.786.769**	**71.194.306**	**73.686.107**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.749.322	5.947.173	4.434.960	7.261.917	6.707.651	7.534.965	7.800.949	8.073.982	8.356.572
Contribuições	1.982.825	2.034.021	2.441.887	2.426.843	2.291.709	2.518.092	2.606.980	2.698.225	2.792.663
Receitas Patrimoniais	750.943	2.499.114	588.454	2.286.125	2.815.724	2.372.083	2.455.818	2.541.771	2.630.733
Aplicações Financeiras	750.943	2.499.114	588.454	2.181.659	2.671.000	2.263.689	2.343.598	2.425.624	2.510.520
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	104.466	144.724	108.394	112.220	116.148	120.213
Receita Agropecuária	-			-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-			-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	1.839.542	2.775.965	2.190.109	3.241.975	3.127.649	3.363.873	3.482.618	3.604.510	3.730.668
Transferências Correntes	38.979.686	46.673.303	48.650.266	48.648.072	54.423.160	50.477.240	52.259.086	54.088.154	55.981.240
Outras Receitas Correntes	128.384	27.291	301.009	168.789	23.712	175.135	181.317	187.663	194.232
Outras Receitas Financeiras		-	-	-		-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes	128.384	27.291	301.009	168.789	23.712	175.135	181.317	187.663	194.232
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	**46.679.759**	**57.457.753**	**58.018.231**	**61.852.061**	**66.718.605**	**64.177.699**	**66.443.171**	**68.768.682**	**71.175.586**
RECEITAS DE CAPITAL	**4.500.000**	**8.999.170**	**2.500.000**	**6.643.314**	**3.883.183**	**6.893.102**	**7.136.429**	**7.386.204**	**7.644.721**
Operações de Crédito	-	-		2.450.000		2.542.120	2.631.857	2.723.972	2.819.311
Amortização de Empréstimos	-	-		-		-	-	-	-
Alienação de Bens	1.000.000	-	-	239.533	-	248.540	257.313	266.319	275.640
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários				-		-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes				-		-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	1.000.000	-	-	239.533	-	248.540	257.313	266.319	275.640
Transferências de Capital	3.500.000	8.999.170	2.500.000	3.953.781	3.883.183	4.102.443	4.247.259	4.395.913	4.549.770
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias		-		-		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias		-		-		-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	**4.500.000**	**8.999.170**	**2.500.000**	**4.193.314**	**3.883.183**	**4.350.982**	**4.504.572**	**4.662.232**	**4.825.410**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	**51.179.759**	**66.456.922**	**60.518.231**	**66.045.375**	**70.601.788**	**68.528.681**	**70.947.743**	**73.430.914**	**76.000.996**
Receita Intra-Orçamentaria	**2.599.776**	**3.531.065**	**3.493.795**	**3.029.837**	**4.855.098**	**3.143.759**	**3.253.790**	**3.367.673**	**3.485.542**
RECEITA TOTAL	**54.530.478**	**72.487.102**	**64.600.480**	**73.706.871**	**78.127.886**	**76.478.249**	**79.176.988**	**81.948.183**	**84.816.369**

Especificação- RPPS	Receita Arrecadada				Receita Projetada				
	Prevista 2022	Realizada 2022	Prevista 2023	Realizada 2023	Prevista 2024	Projetada 2024	Projetada 2025	Projetada 2026	Projetada 2027
RECEITAS CORRENTES	**1.821.238**	**1.967.792**	**1.597.039**	**2.237.827**	**2.224.594**	**2.321.969**	**2.403.935**	**2.488.073**	**2.575.155**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-		-		-	-	-	-
Contribuições	1.171.200	1.122.755	1.325.611	1.278.083	1.265.597	1.326.139	1.372.952	1.421.005	1.470.740
Receitas Patrimoniais	650.038	840.631	271.428	928.187	958.997	963.087	997.084	1.031.982	1.068.101
Aplicações Financeiras	650.038	840.631	271.428	928.187	958.997	963.087	997.084	1.031.982	1.068.101
Outras Receitas Patrimoniais		-		-		-	-	-	-
Transferências Correntes		-		-		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	4.405	-	31.557	-	32.743	33.899	35.085	36.313
Outras Receitas Financeiras		-		-		-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes		4.405	-	31.557	-	32.743	33.899	35.085	36.313
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	**1.171.200**	**1.127.161**	**1.325.611**	**1.309.640**	**1.265.597**	**1.358.882**	**1.406.851**	**1.456.091**	**1.507.054**
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito		-		-		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-		-		-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários						-	-	-	-

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes						-	-	-	-
Outras Alienações de Bens		-		-		-	-	-	-
Transferências de Capital		-		-		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-		-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias		-				-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias		-		-		-	-	-	-
Receita Intra-Orçamentaria	2.599.776	3.531.065	3.493.795	3.029.837	4.855.098	3.143.759	3.254.734	3.368.649	3.486.552
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.171.200	1.127.161	1.325.611	1.309.640	1.265.597	1.358.882	1.406.851	1.456.091	1.507.054
RECEITA TOTAL	4.421.014	5.498.857	5.090.834	5.267.664	7.079.692	5.465.728	5.658.669	5.856.722	6.061.707
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA- RCL	45.609.464	57.993.481	57.009.646	61.827.449	67.165.011	64.152.162	66.416.733	68.741.318	71.147.265

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as despesas do triênio

Valores correntes

Especificação - Consolidado	Despesa Prevista e Realizada					Despesa Projetada			
	Prevista 2022	Realizada 2022	Prevista 2023	Realizada 2023	Prevista 2024	Projetada 2024	Projetada 2025	Projetada 2026	Projetada 2027
DESPESAS CORRENTES	40.163.683,52	57.079.810,05	51.964.041,71	64.264.477,46	64.909.011,50	64.083.999,35	66.345.221,40	68.667.303,80	71.070.659,08
Pessoal e Encargos	25.588.977,85	30.804.997,08	28.606.531,19	35.089.055,62	37.129.906,53	36.408.404	37.693.621	39.012.898	40.378.349
Juros e Encargos da Dívida	60.329,00	28.461,79	159.017,00	198.558,98	90.000,00	206.025	213.297	220.763	228.490
Outras Despesas Correntes	14.514.376,67	26.246.351,18	23.198.493,52	28.976.862,86	27.689.104,97	27.469.570	28.438.303	29.433.643	30.463.821
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	40.103.354,52	57.051.348,26	51.805.024,71	64.065.918,48	64.819.011,50	63.877.974,55	66.131.923,92	68.446.540,92	70.842.169,49
DESPESAS DE CAPITAL	11.076.324,13	12.410.104,12	8.468.880,29	8.840.699,26	8.362.666,59	9.173.109,55	9.496.920,32	9.829.312,53	10.173.338,47
Investimentos	10.936.324,13	12.283.151,21	8.380.082,29	8.721.168,23	8.216.666,59	9.049.084	9.368.517	9.696.415	10.035.789
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)		-		-		-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)		-		-		-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)		-		-		-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras		-		-		-	-	-	-
Amortização da Dívida Contratada	140.000,00	126.952,91	88.798,00	119.531,03	146.000,00	124.025	128.403	132.898	137.549
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL	10.936.324,13	12.283.151,21	8.380.082,29	8.721.168,23	8.216.666,59	9.049.084,16	9.368.516,83	9.696.414,92	10.035.789,44
Despesas Intra-Orçamentárias	3.289.470,35	3.798.083,73	4.166.508,00	3.103.344,32	4.855.097,91	3.220.030	3.333.697,13	3.450.377	3.571.140
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	-	1.050,00	-	1.110,00	1.110,00	1.149,18	1.189,75	1.231,75
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	51.040.678,65	69.334.499,47	60.186.157,00	72.787.086,71	73.036.788,09	72.928.168,70	75.501.589,93	78.144.145,58	80.879.190,68
DEPESAS TOTAL	54.530.478,00	73.287.997,90	64.600.480,00	76.208.521,04	78.127.886,00	76.478.248,97	79.176.988,03	81.948.182,61	84.816.369,00
CONFERÊNCIA RECEITA CAPITAL - DESPESA DE CAPITAL						-2.280.007,32	-2.360.491,58	-2.443.108,78	-2.528.617,59
CONFERÊNCIA RECEITA TOTAL - DESPESA TOTAL						0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação - RPPS	Despesa Realizada					Despesa Projetada			
	Prevista 2022	Realizada 2022	Prevista 2023	Realizada 2023	Prevista 2024	Projetada 2024	Projetada 2025	Projetada 2026	Projetada 2027
DESPESAS CORRENTES	4.394.786,00	6.153.122,67	5.042.986,00	6.887.426,56	7.031.844,00	7.146.393,80	7.398.661,50	7.657.614,65	7.925.631,17
Pessoal e Encargos	4.198.398,00	5.992.647,57	4.786.598,00	6.683.194,29	6.749.656,00	6.934.482	7.179.270	7.430.544	7.690.613
Juros e Encargos da Dívida		-		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	196.388,00	160.475,10	256.388,00	204.232,27	282.188,00	211.911	219.392	227.071	235.018
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	4.394.786,00	6.153.122,67	5.042.986,00	6.887.426,56	7.031.844,00	7.146.393,80	7.398.661,50	7.657.614,65	7.925.631,17
DESPESAS DE CAPITAL	26.228,00	5.240,00	47.848,00	-	47.848,00	-	-	-	-
Investimentos	26.228,00	5.240,00	47.848,00	-	47.848,00	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)		-		-		-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)		-		-		-	-	-	-

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Scanned with CamScanner

Aquisição de Título de Crédito (XIX)		-		-		-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras		-		-		-	-	-	-
Amortização da Dívida Contratada		-		-		-	-	-	-
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL	26.228,00	5.240,00	47.848,00	-	47.848,00	-	-	-	-
Despesas Intra-Orçamentárias		-		-					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	4.421.014,00	6.158.362,67	5.090.834,00	6.887.426,56	7.079.692,00	7.146.393,80	7.398.661,50	7.657.614,65	7.925.631,17
DEPESAS TOTAL	4.421.014,00	6.158.362,67	5.090.834,00	6.887.426,56	7.079.692,00	7.146.393,80	7.398.661,50	7.657.614,65	7.925.631,17
						- 1.680.665,48	- 1.739.992,97	- 1.800.892,72	- 1.863.923,97

Meta Fiscal - Montante da Dívida

Especificação	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	1.031.083	2.872.935	2.852.269	2.820.018	2.781.169	2.736.147
Dívida Mobiliária	-	-	0	0	0	0
Outras Dívidas	1.031.083	2.872.935	2.852.269	2.820.018	2.781.169	2.736.147
DEDUÇÕES (2)	12.696.775	8.499.917	8.819.513	9.130.842	9.450.422	9.781.187
Ativo Disponível	13.943.846	12.535.278	13.006.605	13.465.738	13.937.039	14.424.835
Haveres Financeiros	418.173	6.585	6.832	7.073	7.321	7.577
(-) Restos a Pagar Processados	1.665.243	4.041.946	4.193.923	4.341.969	4.493.938	4.651.226
DCL (3) = (1 - 2)	-11.665.692	-5.626.981	-5.967.245	-6.310.825	-6.669.252	-7.045.040
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	0,00	-6.038.710,98	340.263,25	343.579,87	358.427,89	375.787,08

Especificação	Restos a Pagar Processados Pagos		Restos a Pagar Processados Pagos Projetada			
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES	412.421,01	1.505.039	1.561.628	1.616.754	1.673.340	1.731.907
Pessoal e Encargos	41.720,27	526.157	545.941	565.213	584.995	605.470
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	370.700,74	978.882	1.015.688	1.051.541	1.088.345	1.126.437
DESPESAS DE CAPITAL	165.748,70	72.293,42	75.011,65	77.659,56	80.377,65	83.190,87
Investimentos	165.748,70	72.293	75.012	77.660	80.378	83.191
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Contratada	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-		-	-	-
TOTAL	578.169,71	1.577.332	1.636.640	1.694.413	1.753.718	1.815.098

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS
ESTADO DE MINAS GERAIS

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS

MUNICÍPIO DE TOCANTINS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		Abertura de créditos adicionais a partir do	
Dívidas em Processo de Reconhecimento		cancelamento de dotação de despesas	
Avais e Garantias Concedidas		discricionárias	
Assunção de Passivos		Abertura de créditos adicionais a partir da	
Assistências Diversas		Reserva de Contingência	1.149,18
Outros Passivos Contingentes	1.149,18		
SUBTOTAL	**1.149,18**	**SUBTOTAL**	**1.149,18**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Abertura de créditos adicionais a partir do	
Restituição de Tributos a Maior		cancelamento de dotação de despesas	
Discrepância de Projeções:		discricionárias	
Outros Riscos Fiscais		Abertura de créditos adicionais a partir da	
		Reserva de Contingência	
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
TOTAL	**1.149,18**	**TOTAL**	**1.149,18**

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE TOCANTINS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	73.518.319	71.011.610	0,00%	114,60%	76.091.461	73.409.411	0,00%	114,57%	78.754.662	71.011.610	0,00%	114,57%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	64.712.025	62.505.578	0,00%	100,87%	66.976.946	64.616.162	0,00%	100,84%	69.321.139	62.505.578	0,00%	100,84%
Receitas Primárias Correntes	60.207.454	58.154.596	0,00	0,94	62.314.714	60.118.264	0,00	0,94	64.495.729	58.154.596	0,00	0,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.800.949	7.534.965	0,00%	12,16%	8.073.982	7.789.393	0,00%	12,16%	8.356.572	7.534.965	0,00%	12,16%
Transferências Correntes	52.259.086	50.477.240	0,00%	81,46%	54.088.154	52.181.671	0,00%	81,44%	55.981.240	50.477.240	0,00%	81,44%
Demais Receitas Primárias Correntes	147.418	142.392	0,00%	0,23%	152.578	147.200	0,00%	0,23%	157.918	142.392	0,00%	0,23%
Receitas Primárias de Capital	4.504.572	4.350.982	0,00%	7,02%	4.662.232	4.497.899	0,00%	7,02%	4.825.410	4.350.982	0,00%	7,02%
Despesa Total (EXCETO *FONTES RPPS*)	71.778.327	69.330.944	0,00%	111,89%	74.290.568	71.671.996	0,00%	111,86%	76.890.738	69.330.944	0,00%	111,86%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	69.796.193	67.416.394	0,00	1,09	72.239.059	69.692.798	0,00	1,09	74.767.426	67.416.393	0,00	1,09
Despesas Primárias Correntes	58.733.262	56.730.670	0,00	0,92	60.788.926	58.646.256	0,00	0,92	62.916.538	56.730.669	0,00	0,92
Pessoal e Encargos Sociais	30.514.351	29.473.922	0,00%	47,57%	31.582.353	30.469.148	0,00%	47,55%	32.687.736	29.473.922	0,00%	47,55%
Outras Despesas Correntes	28.218.911	27.256.748	0,00%	43,99%	29.206.573	28.177.108	0,00%	43,97%	30.228.803	27.256.747	0,00%	43,97%
Despesas Primárias de Capital	9.368.517	9.049.084	0,00%	14,60%	9.696.415	9.354.639	0,00%	14,60%	10.035.789	9.049.084	0,00%	14,60%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.694.413	1.636.640	0,00%	2,64%	1.753.718	1.691.903	0,00%	2,64%	1.815.098	1.636.640	0,00%	2,64%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	5.658.669	5.465.728	0,00%	8,82%	5.856.722	5.650.286	0,00%	8,82%	6.061.707	5.465.728	0,00%	8,82%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.406.851	1.358.882	0,00%	2,19%	1.456.091	1.404.767	0,00%	2,19%	1.507.054	1.358.882	0,00%	2,19%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	7.398.661	7.146.394	0,00%	11,53%	7.657.615	7.387.701	0,00%	11,53%	7.925.631	7.146.394	0,00%	11,53%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	7.398.661	7.146.394	0,00%	11,53%	7.657.615	7.387.701	0,00%	11,53%	7.925.631	7.146.394	0,00%	11,53%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-5.084.167	-4.910.815	0,00	-0,08	-5.262.113	-5.076.635	0,00	-0,08	-5.446.286	-4.910.815	0,00	-0,08
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-11.075.978	-10.698.327	0,00	-0,17	-11.463.637	-11.059.570	0,00	-0,17	-11.864.864	-10.698.326	0,00	-0,17
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	1.346.514	1.300.602	0,00%	2,10%	1.393.642	1.344.519	0,00%	2,10%	1.442.419	1.300.602	0,00%	2,10%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	213.297	206.025	0,00%	0,33%	220.763	212.981	0,00%	0,33%	228.490	206.025	0,00%	0,33%
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.820.018	2.723.865	0,00%	4,40%	2.781.169	2.683.140	0,00%	4,19%	2.736.147	2.487.133	0,00%	3,98%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-6.310.825	-6.095.648	0,00%	-9,84%	-6.669.252	-6.434.177	0,00%	-10,04%	-7.045.040	-6.352.381	0,00%	-10,25%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	343.580	331.865	0,00%	0,54%	358.428	345.794	0,00%	0,54%	375.787	338.840	0,00%	0,55%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Parâmetros Macroeconômicos				
Variáveis	2024	2025	2026	2027
PIB Total (variação % sobre o ano anterior)	1,90	2,00	2,00	2,00
IPCA (%)	3,76	3,53	3,50	3,50
IGP-M (%)	2,00	3,65	3,90	3,80
Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.)	9,00	8,50	8,50	8,50
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)	4,95	5,00	5,04	5,07

Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 05/04/2024

MUNICÍPIO DE TOCANTINS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.109.464,00	59.509.646,00	18,76%	71.048.194,00	19,39%	73.518.319,49	3,48%	76.091.460,68	3,50%	78.754.661,80	3,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	50.008.559,00	59.192.620,00	18,36%	69.336.191,00	17,14%	69.540.892,24	0,30%	71.974.823,47	3,50%	74.493.942,29	3,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.109.464,00	59.509.646,00	18,76%	71.048.194,00	19,39%	71.778.326,53	1,03%	74.290.567,98	3,50%	76.890.737,83	3,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	46.619.664,65	55.095.323,00	18,18%	65.957.096,09	19,71%	68.102.928,43	3,25%	70.486.530,93	3,50%	72.953.559,51	3,50%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	4.421.014,00	5.090.834,00	15,15%	7.079.692,00	39,07%	5.658.668,53	-20,07%	5.856.721,93	3,50%	6.061.707,20	3,50%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.171.200,00	5.090.834,00	334,67%	1.265.597,00	-75,14%	1.406.850,94	11,16%	1.456.090,72	3,50%	1.507.053,90	3,50%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	4.421.014,00	5.090.834,00	15,15%	7.079.692,00	39,07%	7.398.661,50	4,51%	7.657.614,65	3,50%	7.925.631,17	3,50%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	4.421.014,00	5.090.834,00	15,15%	7.079.692,00	39,07%	7.398.661,50	4,51%	7.657.614,65	3,50%	7.925.631,17	3,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	3.388.894,35	4.097.297,00	20,90%	3.379.094,91	-17,53%	1.437.963,81	-57,45%	1.488.292,54	3,50%	1.540.382,78	3,50%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	139.080,35	4.097.297,00	2845,99%	-2.435.000,09	-159,43%	-4.553.846,75	87,02%	-4.713.231,39	3,50%	-4.878.194,49	3,50%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.031.082,97	2.872.935,21	178,63%	2.852.268,82	-0,72%	2.820.017,78	-1,13%	2.781.169,37	-1,38%	2.736.147,04	-1,62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-11.665.692,39	-5.626.981,41	-51,76%	-5.967.244,66	6,05%	-6.310.824,54	5,76%	-6.669.252,43	5,68%	-7.045.039,51	5,63%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-6.038.710,98	0,00%	340.263,25	-105,63%	343.579,87	0,97%	358.427,89	4,32%	375.787,08	4,84%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	55.291.390,91	62.169.727,18	12,44%	71.048.194,00	14,28%	71.011.609,67	-0,05%	73.518.319,49	3,53%	76.091.460,68	3,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	55.180.051,10	61.838.530,11	12,07%	69.336.191,00	12,12%	67.169.798,36	-3,12%	69.540.892,24	3,53%	71.974.823,47	3,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	55.291.390,91	62.169.727,18	12,44%	71.048.194,00	14,28%	69.330.944,20	-2,42%	71.778.326,53	3,53%	74.290.567,98	3,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (III)	51.440.703,94	57.558.083,94	11,89%	65.957.096,09	14,59%	65.780.863,94	-0,27%	68.102.928,43	3,53%	70.486.530,93	3,50%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	4.878.200,52	5.318.394,28	9,02%	7.079.692,00	33,12%	5.465.728,32	-22,80%	5.658.668,53	3,53%	5.856.721,93	3,50%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.292.316,30	5.318.394,28	311,54%	1.265.597,00	-76,20%	1.358.882,39	7,37%	1.406.850,94	3,53%	1.456.090,72	3,50%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	4.878.200,52	5.318.394,28	9,02%	7.079.692,00	33,12%	7.146.393,80	0,94%	7.398.661,50	3,53%	7.657.614,65	3,50%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	4.878.200,52	5.318.394,28	9,02%	7.079.692,00	33,12%	7.146.393,80	0,94%	7.398.661,50	3,53%	7.657.614,65	3,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	3.739.347,17	4.280.446,18	14,47%	3.379.094,91	-21,06%	1.388.934,42	-58,90%	1.437.963,81	3,53%	1.488.292,54	3,50%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	153.462,95	4.280.446,18	2689,24%	-2.435.000,09	-156,89%	-4.398.576,99	80,64%	-4.553.846,75	3,53%	-4.713.231,39	3,50%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.137.709,47	3.001.355,41	163,81%	2.852.268,82	-4,97%	2.723.865,33	-4,50%	2.687.120,16	-1,35%	2.643.620,33	-1,62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-12.872.066,60	-5.878.507,48	-54,33%	-5.967.244,66	1,51%	-6.095.648,16	2,15%	-6.443.722,15	5,71%	-6.806.801,46	5,63%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-6.308.641,36	0,00%	340.263,25	-105,39%	331.865,04	-2,47%	346.307,14	4,35%	363.079,31	4,84%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes						
Índices de Inflação	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	5,62	4,47	3,76	3,53	3,50	3,50

Nota: 2024 - 2027 inflação média (% anual) projetada com base no IPCA - Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 05/04/2024.

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

MUNICÍPIO DE TOCANTINS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.109.464,00	59.509.646,00	18,76%	71.048.194,00	19,39%	73.518.319,49	3,48%	76.091.460,68	3,50%	78.754.661,80	3,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	50.008.559,00	59.192.620,00	18,36%	69.336.191,00	17,14%	69.540.892,24	0,30%	71.974.823,47	3,50%	74.493.942,29	3,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.109.464,00	59.509.646,00	18,76%	71.048.194,00	19,39%	71.778.326,53	1,03%	74.290.567,96	3,50%	76.890.737,83	3,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	46.619.664,65	55.095.323,00	18,18%	65.957.096,09	19,71%	68.102.928,43	3,25%	70.486.530,93	3,50%	72.953.559,51	3,50%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	4.421.014,00	5.090.834,00	15,15%	7.079.692,00	39,07%	5.658.668,53	-20,07%	5.856.721,93	3,50%	6.061.707,20	3,50%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.171.200,00	5.090.834,00	334,67%	1.265.597,00	-75,14%	1.406.850,94	11,16%	1.456.090,72	3,50%	1.507.053,90	3,50%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	4.421.014,00	5.090.834,00	15,15%	7.079.692,00	39,07%	7.398.661,50	4,51%	7.657.614,65	3,50%	7.925.631,17	3,50%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	4.421.014,00	5.090.834,00	15,15%	7.079.692,00	39,07%	7.398.661,50	4,51%	7.657.614,65	3,50%	7.925.631,17	3,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	3.388.894,35	4.097.297,00	20,90%	3.379.094,91	-17,53%	1.437.963,81	-57,45%	1.488.292,54	3,50%	1.540.382,78	3,50%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	139.080,35	4.097.297,00	2845,99%	-2.435.000,09	-159,43%	-4.553.846,75	87,02%	-4.713.231,39	3,50%	-4.878.194,49	3,50%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.031.082,97	2.872.935,21	178,63%	2.852.268,82	-0,72%	2.820.017,78	-1,13%	2.781.169,37	-1,38%	2.736.147,04	-1,62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-11.665.692,39	-5.626.981,41	-51,76%	-5.967.244,66	6,05%	-6.310.824,54	5,76%	-6.669.252,43	5,68%	-7.045.039,51	5,63%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-6.038.710,98	0,00%	340.263,25	-105,63%	343.579,87	0,97%	358.427,89	4,32%	375.787,08	4,84%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	55.291.390,91	62.169.727,18	12,44%	71.048.194,00	14,28%	71.011.609,67	-0,05%	73.518.319,49	3,53%	76.091.460,68	3,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	55.180.051,10	61.838.530,11	12,07%	69.336.191,00	12,12%	67.169.798,36	-3,12%	69.540.892,24	3,53%	71.974.823,47	3,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	55.291.390,91	62.169.727,18	12,44%	71.048.194,00	14,28%	69.330.944,20	-2,42%	71.778.326,53	3,53%	74.290.567,96	3,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (III)	51.440.703,94	57.558.083,94	11,89%	65.957.096,09	14,59%	65.780.863,94	-0,27%	68.102.928,43	3,53%	70.486.530,93	3,50%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	4.878.200,52	5.318.394,28	9,02%	7.079.692,00	33,12%	5.465.728,32	-22,80%	5.658.668,53	3,53%	5.856.721,93	3,50%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.292.316,30	5.318.394,28	311,54%	1.265.597,00	-76,20%	1.358.882,39	7,37%	1.406.850,94	3,53%	1.456.090,72	3,50%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	4.878.200,52	5.318.394,28	9,02%	7.079.692,00	33,12%	7.146.393,80	0,94%	7.398.661,50	3,53%	7.657.614,65	3,50%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	4.878.200,52	5.318.394,28	9,02%	7.079.692,00	33,12%	7.146.393,80	0,94%	7.398.661,50	3,53%	7.657.614,65	3,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	3.739.347,17	4.280.446,18	14,47%	3.379.094,91	-21,06%	1.388.934,42	-58,90%	1.437.963,81	3,53%	1.488.292,54	3,50%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	153.462,95	4.280.446,18	2689,24%	-2.435.000,09	-156,89%	-4.398.576,99	80,64%	-4.553.846,75	3,53%	-4.713.231,39	3,50%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.137.709,47	3.001.355,41	163,81%	2.852.268,82	-4,97%	2.723.865,33	-4,50%	2.687.120,16	-1,35%	2.643.620,33	-1,62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-12.872.066,60	-5.878.507,48	-54,33%	-5.967.244,66	1,51%	-6.095.648,16	2,15%	-6.443.722,15	5,71%	-6.806.801,46	5,63%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-6.308.641,36	0,00%	340.263,25	-105,39%	331.865,04	-2,47%	346.307,14	4,35%	363.079,31	4,84%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes						
Índices de Inflação	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	5,62	4,47	3,76	3,53	3,50	3,50

Nota: 2024 - 2027 inflação média (% anual) projetada com base no IPCA - Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 05/04/2024.

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE TOCANTINS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**240.664,34**	**-404,56**	**245,44**
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	239.533,11	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.131,23	-404,56	245,44
0			

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**196.745,16**	**0,00**	**22.593,75**
DESPESAS DE CAPITAL	196.745,16	0,00	22.593,75
Investimentos	196.745,16	0,00	22.593,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2023 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)	2022 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2021 (i) = (Ic – IIf)
VALOR (III)	60.506,99	16.587,81	16.992,37

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Scanned with CamScanner

MUNICÍPIO DE TOCANTINS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	R$ 4.226.588,00	R$ 5.498.856,00	R$ 5.267.664,00
Receita de Contribuições dos Segurados	R$ 1.079.278,00	R$ 1.124.548,00	R$ 1.278.083,00
Ativo	R$ 1.078.927,00	R$ 1.124.113,00	R$ 1.277.466,00
Inativo	R$ 350,00	R$ 435,00	R$ 616,00
Pensionista	R$ -	R$ -	R$ -
Receita de Contribuições Patronais	R$ 1.801.783,00	R$ 1.765.282,00	R$ 1.985.778,00
Ativo	R$ 1.801.783,00	R$ 1.765.282,00	R$ 1.985.778,00
Inativo	R$ -	R$ -	R$ -
Pensionista	R$ -	R$ -	R$ -
Receita Patrimonial	R$ 425.829,00	R$ 871.966,00	R$ 965.740,00
Receitas Imobiliárias	R$ -	R$ -	R$ -
Receitas de Valores Mobiliários	R$ 425.829,00	R$ 871.966,00	R$ 965.740,00
Outras Receitas Patrimoniais	R$ -		
Receita de Serviços	R$ -		
Outras Receitas Correntes	R$ -		
Compensação Financeira entre os Regimes	R$ 55.673,90	R$ 4.405,00	R$ 4.293,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	R$ 681.963,48	R$ 1.365.236,00	R$ 586.584,00
Demais Receitas Correntes	R$ 182.061,62	R$ 367.419,00	R$ 447.187,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R$ -	R$ -	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R$ -	R$ -	
Amortização de Empréstimos	R$ -	R$ -	
Outras Receitas de Capital	R$ -	R$ -	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**R$ 4.226.588,00**	R$ 5.498.856,00	R$ 5.267.664,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	R$ -	R$ -	R$ -
Aposentadorias	R$ 4.409.446,00	R$ 5.112.121,00	R$ 5.687.312,00
Pensões por Morte	R$ 795.964,00	R$ 858.076,00	R$ 964.657,00
Outras Despesas Previdenciárias	R$ -	R$ -	R$ -
Compensação Financeira entre os Regimes	R$ -	R$ -	R$ -
Demais Despesas Previdenciárias	R$ 179.408,00	R$ 188.165,67	R$ 235.457,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	R$ 5.384.818,00	R$ 6.158.362,67	**R$ 6.887.426,00**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-R$ 1.158.230,00	-R$ 659.506,67	-R$ 1.619.762,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	R$ 681.963,00	R$ 1.365.236,00	R$ 586.584,00
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ -		
Investimentos e Aplicações	R$ 8.957.442,00	R$ 8.318.406,00	R$ 6.710.251,00
Outro Bens e Direitos			

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)			

Scanned with CamScanner

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)[2]			

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Receitas Correntes			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)			
Pessoal e Encargos Sociais			
Demais Despesas Correntes			
Despesas de Capital (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]			

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2021	2022	2023
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2021	2022	2023
Aposentadorias			
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)			

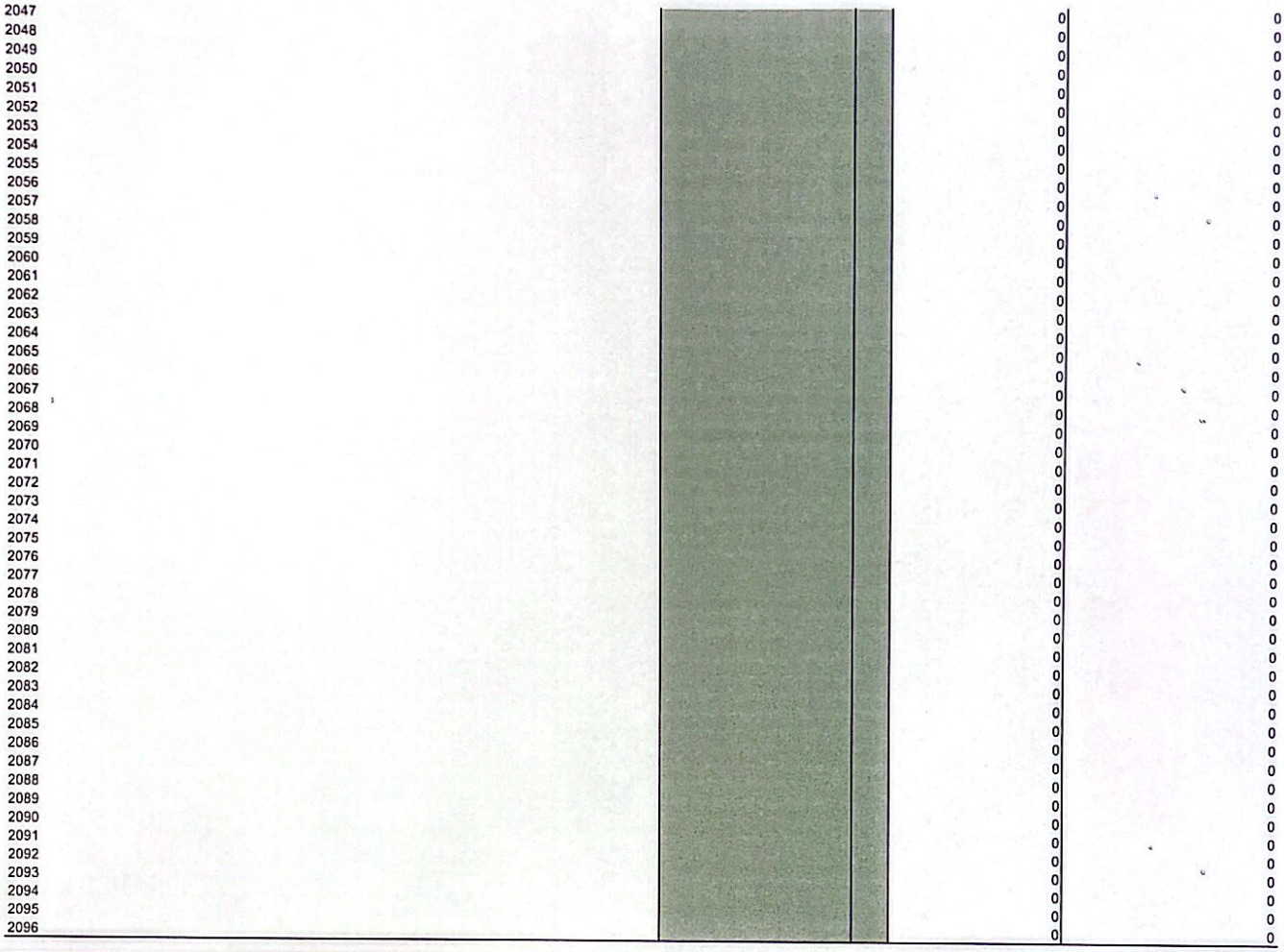
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2023			0	0
2024			0	0
2025			0	0
2026			0	0
2027			0	0
2028			0	0
2029			0	0
2030			0	0
2031			0	0
2032			0	0
2033			0	0
2034			0	0
2035			0	0
2036			0	0
2037			0	0
2038			0	0
2039			0	0
2040			0	0
2041			0	0
2042			0	0
2043			0	0
2044			0	0
2045			0	0
2046			0	0

Scanned with CamScanner



FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

Scanned with CamScanner

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE TOCANTINS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	-

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Scanned with CamScanner

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE TOCANTINS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	2.428.173
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.428.172,94
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.428.172,94
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.428.172,94
FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda	

Scanned with CamScanner